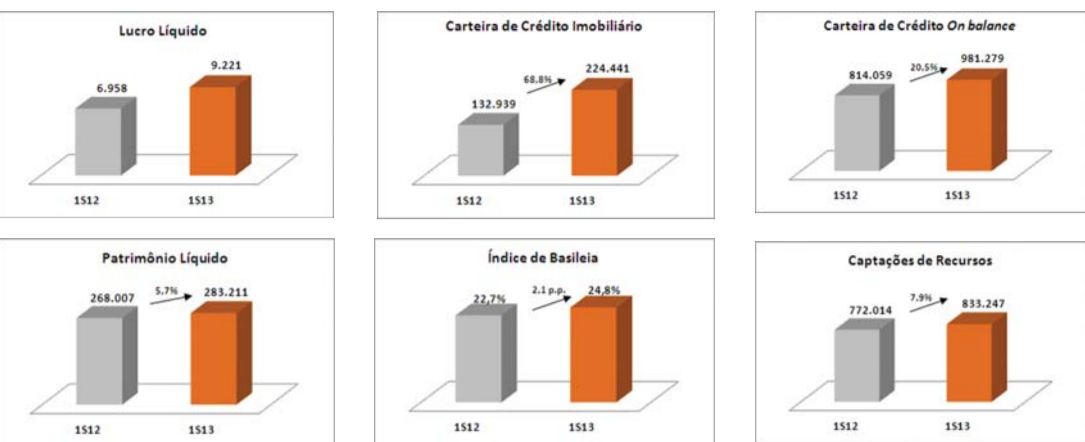




RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Rating: Standard & Poor's brBBB

Balancos patrimoniais semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

Ativo	Semestres		Passivo	Semestres	
	2013	2012		2013	2012
Circulante			Circulante		
Disponibilidades	4	533	Depósitos à vista	13a	21.599
Aplicações interfinanceiras	5	90.194	Depósitos interfinanceiros	13a	15.141
Títulos e valores mobiliários	6	61.520	Depósitos a prazo	13a	90.514
Instrumentos financeiros derivativos	7	2.046	Letras de crédito	13b	273.569
Relações interfinanceiras	8	1.477	Relações interfinanceiras	158	281
Operações de crédito	8	365.865	Obrigações por empréstimos e repasse	86	7
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(47.965)	Obrigações, operações, vendas e transferências	14	98.526
Operações de crédito vinculadas	8	95.158	Outras obrigações	15	17.606
Provisão para créditos de liquidação duvidosa vinculados	8	(3.917)	Total do passivo circulante	517.199	470.883
Outros créditos	9	27.848	Não circulante		
Outros valores e bens	10	8.338	Exigível a longo prazo		
Despesas antecipadas	11	29.711	Depósitos a prazo	13a	396.901
Total do ativo circulante	630.808	541.717	Letras de crédito	13b	35.523
Realizável a longo prazo			Obrigações por empréstimos e repasse	930	33.569
Aplicações interfinanceiras	5	3.212	Obrigações operações vendas e transferências	14	61.184
Títulos e valores mobiliários	6	110.786	Outras obrigações	15	18.963
Operações de crédito	8	467.275	Total do exigível a longo prazo	513.501	420.349
Operações de crédito vinculadas	8	52.981	Patrimônio líquido		
Outros créditos	9	5.420	Capital social		259.891
Outros valores e bens	10	119	Reserva de lucros		23.344
Despesas antecipadas	11	28.228	(-) Ajuste valor de mercado		39
Total do realizável a longo prazo	668.021	610.741	(-) Ações em tesouraria		(63)
Permanente			Total do patrimônio líquido	18	283.211
Investimentos	12	7.721	Total do passivo não circulante		796.712
Imobilizado		4.723	Total do passivo		1.313.911
Intangível		2.638			1.159.239
Total do permanente	15.082	6.781			
Total do ativo não circulante	683.103	617.522			
Total do ativo	1.313.911	1.159.239			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mudanças do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Ações em tesouraria			
Saldos em 31 de dezembro de 2011	248.719	(278)	1.818	11.523	261.755
Aumento de capital	2.938				6.958
Lucro líquido do exercício					6.958
Destinações:					
Constituição de reserva legal			348	3.275	(348)
Constituição de reserva de lucros a distribuir					(3.275)
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,28 por ação)					(3.335)
Ajuste valor de mercado					(309)
Saldos em 30 de junho de 2012	251.657	(278)	2.166	14.798	268.007
Aumento de capital	255.890	(278)	2.630	16.201	274.443
Lucro líquido do semestre					9.221
Destinações propostas:					
Constituição de reserva legal			461	4.052	(461)
Constituição de reserva de lucros a distribuir					(4.052)
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,40 por ação)					(4.708)
Ações em tesouraria		215			39
Ajuste valor de mercado					39
Saldos em 30 de junho de 2013	259.891	(63)	3.091	20.253	283.211

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 1. Contexto operacional**
O Banco Intermedium S.A. ("Instituição" ou "Banco") iniciou suas atividades em 29 de fevereiro de 1995, tendo como objetivo principal as operações de crédito e os serviços permitidos pelo Banco Central do Brasil, podendo, nos termos da legislação aplicável, participar de outras sociedades. Por meio de suas controladas, a Instituição atua nas áreas de consultoria de mercado financeiro e de capitais, prestação de serviços de cobrança, informações cadastrais a pessoas físicas e jurídicas, prestação de serviços de informática e desenvolvimento de *software*, corretagem e agenciamento.
- Os acionistas da Intermedium - Crédito, Financiamento e Investimento S.A. decidiram, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2008, pela alteração do nome da Instituição para Banco Intermedium S.A., em conexão com o projeto de transformação em Banco Múltiplo.
- A Diretoria do Banco Central do Brasil (BACEN) manifestou-se, em 13 de fevereiro de 2008, favorável ao projeto de transformação. A Instituição recebeu autorização para iniciar as operações como Banco Múltiplo no dia 18 de agosto de 2008.
- 2. Apresentação das demonstrações financeiras**
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), no que for aplicável.
- A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva na ata de Reunião da Diretoria de 25 de julho de 2013.
- Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil.
- Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:
- Resolução nº 3.566/2008 - CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos.
 - Resolução nº 3.604/2008 - CPC 03 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa.
 - Resolução nº 3.750/2009 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas.
 - Resolução nº 3.989/2011 - CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações.
 - Resolução nº 4.095/2011 - CPC 15 (R1) - Política contábil de mudança de estimativa e retificação de erro (em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012).
 - Resolução nº 3.873/2011 - CPC 24 - Eventos subsequentes
 - Resolução nº 3.823/2009 - CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.
- Atualmente, não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras do Banco Intermedium.
- Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
- A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas de IFRS e as normas do CPC, quando aplicável para a Instituição, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são reavaliadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.
- As presentes demonstrações financeiras incluem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com os BR GAAP.
- 3. Principais práticas contábeis adotadas**
- a. Apreciação de resultado**
O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.
- b. Disponibilidades e aplicações financeiras**
Caixa e equivalentes de caixa, conforme a Resolução CMN nº 3.604/08, incluem caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, contados da data da contratação.
- c. Operações ativas e passivas**
As operações ativas (circulante e realizável a longo prazo) são demonstradas pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço (em base *pro rata dia*). As operações passivas (circulante e exigível a longo prazo) referem-se a passivos conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço (em base *pro rata dia*).
- d. Provisão para perdas com operações de crédito**
É constituída com base na Resolução BACEN nº 2.682/1999, analisando os riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas.
- e. Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários**
São registrados pelo montante aplicado, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.
- A Circular Bacen nº 3.068/01 e regulamentação complementar alterou a classificação dos títulos e valores mobiliários criando três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:
- Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado. Os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado.
 - Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e valores mobiliários contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração do resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido (Ajuste a Valor de Mercado - Títulos disponíveis para venda) até a sua realização por venda, líquidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.
 - Títulos mantidos até o vencimento - Os títulos e valores mobiliários, os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter

Papel	2013					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Aplicações em CDI	88.202	1.992	2.595	617		93.406
Papel	2012					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Aplicações em CDI	105.016	2.456	3.548	1.544		112.564

Em 28 de abril de 2011, o Banco Central decretou intervenção no Banco Morada S.A. em decorrência de comprometimento patrimonial, do descumprimento de normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil e pelo fato de seus controladores não terem apresentado um plano de recuperação viável para a Instituição.

O Banco Intermedium possui em carteira uma operação de CDI com o referido Banco, sendo constituída 100% de provisão para perda.

6. Títulos e valores mobiliários



O Banco Intermedium alcançou no primeiro semestre de 2013 grandes avanços em sua estratégia, voltada a implementar projetos e parcerias fundamentais para o crescimento do Banco. Esses avanços incluem investimentos importantes em capital humano, informação e tecnologia com o objetivo de elevar nossa eficiência e produtividade.

Por meio de estratégias bem definidas, reduzimos o apetite por crédito consignado e mantivemos um crescimento moderado no segmento de pequenas e médias empresas (PMEs), enquanto avançamos significativamente no financiamento imobiliário. Esse crescimento, especificamente no Crédito Imobiliário, foi intensificado com a abertura de lojas próprias que se iniciou em 2012, e, conta atualmente, com 22 lojas localizadas nas principais cidades do país. Além disso, conseguimos melhorar as margens, ampliando nossas receitas com serviços por meio da Interfroniting, nova corretora de seguros do Banco constituída em setembro de 2012.

No semestre, o lucro líquido alcançou R\$ 9,2 mil milhões e representa a consequência direta dessas ações, em que o segmento Imobiliário registrou uma performance particularmente destacada no volume de produção e resultado recorde. A carteira de crédito (*on balance*) também atingiu um patamar expressivo de R\$ 981,4 milhões, o que significou um crescimento de 20,5% nos últimos doze meses. No

mesmo período, o Banco registrou aumento de 5,7% em seu patrimônio líquido e alcançou um saldo de R\$ 283,2 milhões ao final de junho de 2013.

Recentemente, demos mais um passo importante na execução de nossa estratégia, encaminhando ao Banco Central do Brasil, o projeto de constituição de uma Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM), com o intuito de ampliar nossas receitas de serviços e aprofundar nossa presença no mercado de capitais.

Em relação ao *funding*, o Banco realizou sua primeira securitização de Certificados de Recebíveis Imobiliários e intensificou a comercialização de instrumentos como LCIs. Essas ações permitiram gerir com mais eficiência os prazos de obrigações e recebimentos, e crescer de forma sustentável a carteira imobiliária.

O reconhecimento, pelo mercado, do bom desempenho e da forte base de capital, faz com que o Intermedium continue merecendo a inestimável parceria de seus investidores, refletido no volume crescentes de captações, que, em junho, atingiu a marca recorde de R\$ 833,2 milhões, superior em 7,9% em comparação ao primeiro semestre de 2012.

Baseados nos bons resultados conquistados até momento, reafirmamos e continuaremos consolidando nossas estratégias, perseverantes, com total confiança no futuro, mesmo com as atuais oscilações desfavoráveis do cenário macroeconômico.

Agradecemos a todos os acionistas, clientes, fornecedores, parceiros de negócios, e, em especial, aos colaboradores, cujo empenho e dedicação foram decisivos para o bom desempenho do Banco.

Belo Horizonte, 25 de Julho de 2013.

	Demonstrações de resultados Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)		
	Nota	2013	2012
Receitas da intermediação financeira			
Operações de crédito	105.102	90.787	
Resultado com aplicações interfinanceiras	2.373	5.510	
Resultado com títulos e valores mobiliários	12.713	14.026	
Operações de vendas de transf. de ativos financeiros	15.583		
	135.771	110.323	
Despesas da intermediação financeira			
Operações de captação no mercado	(28.633)	(33.358)	
Obrigações empréstimos e repasses	(79)		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(28.189)	(23.782)	
Operações de vendas de transf. de ativos financeiros	(9.271)		
	(66.172)	(57.140)	
Resultado bruto da intermediação financeira	69.599	53.183	
Outras receitas (despesas) operacionais			
Rendas de prestação de serviços	3.285	2.248	
Despesas pessoais	(7.466)	(6.764)	
Outras despesas administrativas	(58.506)	(49.461)	
Despesas tributárias	(835)	(758)	
Resultado de participações em controladas	12	1.836	2.705
Outras receitas operacionais líquidas	21	6.126	9.940
Outras despesas operacionais líquidas	22	(2.454)	(2.889)
	(58.014)	(44.979)	
Resultado operacional	11.585	8.204	
Resultado não operacional	(973)	(479)	
Resultado antes da tributação sobre o lucro	10.612	7.725	
Imposto de renda e contribuição social	17	(1.391)	(767)
Resultado do semestre/exercício	9.221	6.958	
Resultado por ação - R\$	0,78	0,59	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Demonstrações do valor adicionado Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)		
	2013	2012	
1. Receitas	104.216	95.361	
1.1 Intermediação financeira	135.771	110.323	
1.2 Prestação de serviços	3.285	2.248	
1.3 Operações de vendas de transf. de ativos financeiros	(9.271)		
1.4 Obrigações empréstimos e repasses	(79)		
1.5 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(28.189)	(23.782)	
1.6 Outras receitas/despesas operacionais	3.672	7.051	
1.7 Não operacionais	(973)	(479)	
2. Despesas da intermediação financeira	28.633	33.358	
3. Materiais e serviços adquiridos de terceiros	57.374	48.735	
3.1 Materiais, energias e outros	14.832	11.558	
3.2 Serviços de terceiros	42.542	37.177	
4. Valor adicionado bruto (1-2-3)	18.209	13.268	
5. Retenções	(248)	(155)	
5.1 Depreciações e amortizações	(248)	(155)	
6. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4+5)	17.961	13.113	
7. Valor adicionado recebido em transferência	1.836	2.705	
7.1 Resultado de equivalência patrimonial	1.836	2.705	
8. Valor adicionado a distribuir (6+7)	19.797	15.818	
9. Distribuição do valor adicionado	19.797	15.818	
9.1 Pessoal e encargos	7.466	6.764	
9.2 Impostos, contribuições e taxas	2.226	1.525	
9.3 Aluguéis	884	571	
9.4 Juros sobre capital próprio	4.708	3.335	
9.5 Dividendos distribuídos no semestre/exercício		4.513	3.623
9.6 Lucros retidos no semestre/exercício			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

São representados pelos valores atualizados das cotas subordinadas dos fundos de investimentos em direitos creditórios, denominados FIDC Intermedium Créditos Consignados I e FIDC Intermedium Créditos Consignados II, constituídos pela cessão sem coobrigação de carteiras de créditos consignados da Instituição e também por Títulos Públicos Federais (LFTs).

Os títulos e valores mobiliários podem ser apresentados como segue:

- Classificação por tipo de papel e vencimento

	2013					Valor de mercado/contábil	Custo de aquisição atualizado
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos		
Papel							
Disponível para venda	22.557		36.684	22.587		81.828	81.828
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	22.557		36.684	22.587		81.828	81.828
Títulos mantidos até o vencimento (*)			46.692	4.823		90.478	90.478
Cotas de fundo de investimento			10.329			10.329	10.329
Cotas de fundo de investimento (FIDC)			46.692			75.326	75.326
BZS - Securitização				4.823		4.823	4.823
Total	22.557	38.963	83.376	27.410		172.306	172.306
Total do Circulante						61.520	
Total do não Circulante						110.786	
	2012					Valor de mercado/contábil	Custo de aquisição atualizado
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos		
Papel							

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As operações de crédito são compostas, substancialmente, por operações ativas de capital de giro, com garantia de recebíveis, e por operações de crédito pessoal, suportadas por garantias de cheques ou de consignação em folha de pagamento e créditos imobiliários.

Durante o semestre de 2013, o total de créditos recuperados foi de R\$ 3.353 (2012: R\$ 3.996).

d. Instituições financeiras e fundos de recebíveis

Exceto pelas cessões realizadas para os FIDCs (conforme Nota Explicativa nº 6.d), durante o semestre de 2013 não houve cessão de recebíveis. O saldo total, até 30 de junho de 2013, dos contratos cedidos com coobrigação é de R\$ 56.385 (2012: R\$ 11.299). Para esses valores, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$9.500 (2012: R\$ 8.655).

e. Operações de créditos vinculadas

No semestre findo em 30 de junho de 2013 a Instituição possui saldos de operações de cessão de créditos com retenção substancial de risco com FIDCs, conforme abaixo demonstrado:

Ano 2013

Curto prazo: 95.158
Longo prazo: 52.981

Ano 2012

Curto prazo: 34.044
Longo prazo: 41.609

9. Outros créditos

Compreendem saldos de devedores diversos, bem como créditos tributários sobre diferenças temporárias.

	2013	2012
Circulante		
Adiantamentos a terceiros	844	265
Imposto de renda a compensar	312	981
Devedores diversos (a)	8.533	11.031
Créditos tributários (b)	16.668	12.691
Antecipação de IRPJ	1.552	4.210
Outros créditos com característica de cessão de crédito	81	138
(-) Provisão para outros créditos	(142)	
Circulante	27.848	29.316
Não circulante		
Créditos tributários (b)	4.213	3.650
Depósito em garantia (c)	842	581
Outros créditos com característica de cessão de crédito	365	7
Outros	5.420	4.238

(a) Referem-se a liquidações antecipadas de operações de créditos no valor de R\$5.375 (2012: R\$ 3.843), recompra de operações de créditos no valor de R\$ 662 (2012: R\$ 3.487), retenções de saldo cessão no valor de R\$ 2.496 (2012: R\$ 3.19) e outros no valor de R\$ (2012: R\$ 382).

(b) A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está amparada em Orçamento Contábil preparado para o triênio de 2013/2015.

	Créditos diferidos		IR		CSLL	
	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2013	33.271	32.572	8.317	8.143	4.991	4.886
2014	12.044	11.121	3.011	2.780	1.807	1.668
2015	6.072	6.072	1.722	1.518	1.033	911
Total do circulante	33.271	32.572	8.317	8.143	4.991	4.886
Total do não circulante	18.932	17.193	4.733	4.298	2.840	2.579
Total geral	52.203	49.765	13.050	12.441	7.831	7.465

correspondentes: i) ao questionamento judicial da extinção da correção monetária de crédito, em conformidade com a Lei nº 9.249/95, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL no valor de R\$ 617 (2012: R\$ 581); e ii) a valores bloqueados pelo Bacen JUD em contas-correntes mantidas em Instituições Financeiras de R\$ 225 (2012: R\$ 179).

10. Outros valores e bens

Os bens não de uso próprio referem-se aos imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos.

A provisão para desvalorização desses imóveis é constituída com base em estimativa realizada pela Administração. A composição desses bens é a seguinte:

	2013	2012
Outros valores e bens	8.508	2.391
Provisão para desvalorização	(51)	(51)
Bens não de uso próprio	8.357	2.340
Circulante	8.338	2.222
Não circulante	119	118

11. Despesas antecipadas

A Instituição difere as despesas com comissões pagas aos seus correspondentes conforme o prazo de recebimento dos contratos firmados com os respectivos clientes, que são classificadas nesta rubrica até a realização futura das rendas pertinentes aos referidos contratos, quando serão apropriadas para o resultado. O saldo dessas despesas (circulante e não circulante) representa R\$ 57.939 em 30 de junho de 2013 (2012: R\$ 68.712).

Demonstramos abaixo a realização das despesas antecipadas para os próximos exercícios sociais:

	Valor da despesa	
Ano	2013	2012
2013	19.025	
2014	18.828	
2015	12.039	
2016	5.718	
A partir de 2017	2.329	
Total	57.939	
Circulante	29.711	
Não circulante	28.228	

12. Investimentos

Os ajustes dos investimentos, decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial, foram registrados em contas de resultado e podem ser assim apresentados:

	Participação no capital social	Valor contábil	Result. de equivalência
	2013	2012	2013
2013	6.090	2.583	1.353
2014	1.168	1.001	226
2015	242	92	69
2016	221	188	
A partir de 2017	104	87	
Total	7.721	3.780	1.836

2012
 15.141 | 15.141 | 35.570 |

Depósitos a prazo
 4.870 | 51.446 | 548.715 || **Total geral** | **36.594** | **56.462** | **524.155** |

b) Letras de crédito

	2013		2012	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Letras de Crédito Imobiliário	23.991	143.214	27.108	8.657
Letras de Crédito Agrícola	3.429	2.098		5.527
Letras Financeiras	732	2.821	70.176	26.866
Total geral	28.152	148.133	97.284	35.823

14. Obrigações, operações, vendas e transferências

Referem-se a operações de vendas e transferências de risco com FIDCs, realizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08 do Banco Central do Brasil para operações realizadas a partir de 1º de janeiro de 2012, que, por se tratar de mudança de política contábil decorrente de exigência do órgão regulador, não tem alcance retrospectivo.

	2013	2012
Composição		
Obrigações de vendas e transferências	159.710	84.995
Total	159.710	84.995
Circulante	98.526	51.426
Não circulante	61.184	33.569

As operações de crédito vinculadas às cessões estão evidenciadas na nota explicativa nº 8.

15. Outras obrigações

	2013	2012
Composição		
Impostos devidos (a)	1.545	3.084
Cessões a pagar e pagamentos diversos (b)	16.061	15.248
Provisão para imposto de renda e contribuição social (c)	617	581
Outros (d)	18.346	14.991
Total	36.569	33.904
Circulante	17.606	28.429
Não circulante	18.963	5.475

(a) Provisão para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) do primeiro semestre de 2013, no montante de R\$1.545 (2012: R\$ 3.084).

(b) "Credores diversos", no valor de R\$ 4.464 (2012: R\$ 3.865); parcelas de

	2013	2012
16. Transações com partes relacionadas		
Controlador		
Captações (depósitos e letras)	(32.010)	(1.622)
Entidades com influência significativa		
Captações (depósitos e letras)	(52.197)	(1.538)
Outras obrigações	(6.027)	(1.565)
Outras receitas	(2.082)	(11.410)
Pessoal-chave da Administração		
Captações (depósitos e letras)	(12.888)	(499)
Outras partes relacionadas		
FIDIC 1/2	75.326	7.359
FIDIC 1/2	(159.710)	(9.227)
Total	(12.888)	(12.603)

A Instituição possui contratos de prestação de serviços de captação de clientes e prospecto de novos negócios com outras empresas ligadas registradas na conta de outras despesas administrativas.

As captações via depósitos correspondem a CDBs, LF, LCI e LF, pós-fixados. Os CDBs possuem remuneração de 100% a 112% do CDI e prazos de 24 a 36 meses. As LF's possuem remuneração de 93% a 118% do CDI e prazos de 1 a 25 meses.

Os pagamentos dos administradores da Instituição é paga integralmente pela Controladora, sem o respectivo reembolso. A Instituição não tem como prática efetuar pagamentos com base em ações da Instituição para os acionistas e administradores do Banco.

a) Remuneração dos administradores do Banco

A remuneração dos Administradores do Banco Intermedium para o primeiro semestre de 2013 é de, aproximadamente, R\$1.260 (R\$ 1.260 em 2012) ad referendum à Assembleia Geral Ordinária de 2013.

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 18 B, durante o primeiro semestre findo em 30 de junho de 2013 foi pago aos acionistas o montante de R\$ 4.708, a título de juros sobre capital próprio e dividendos.

17. Imposto de renda e contribuição social

A Instituição constituiu provisões temporariamente indutíveis no montante aproximado de R\$ 41.764 (2012: R\$ 30.801), sobre as quais constituiu créditos diferidos relativos a imposto de renda e contribuição social, cujo valor, em 30 de junho de 2013, perfazia um montante de R\$ 16.706 (2012: R\$ 12.520). A Instituição mantém um saldo de crédito tributário de R\$ 4.176 (2012: R\$ 4.022), relativo a PIS, questionado judicialmente no valor de R\$ 2.755 (2012: R\$ 2.190), e provisão para danos morais no valor de R\$ 783 (2012: R\$ 554), e provisão para cessões de créditos no valor de R\$ 637 (2012: R\$ 1.288).

A Administração, com base na Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002 do Banco Central do Brasil, entende que serão produzidos resultados suficientes para absorção de tal crédito.

	2013		2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	10.612	10.612	7.725	7.725
Adições (exclusões) líquidas:				
Juros sobre capital próprio	(4.708)	(4.708)	(3.335)	(3.335)
Equivalência patrimonial	(1.836)	(1.836)	(2.705)	(2.705)
PCLD, liquidações	(740)	(740)	(11.203)	(11.203)
Outras, líquidas	624	624	(4.990)	(4.990)
Base de cálculo	3.952	3.952	7.898	7.898

	2013	2012
Alíquota efetiva (15%)	593	593
Alíquota adicional (10%)	359	715
IRPJ e CSLL diferidos	(96)	(58)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	856	535
Total	330	437

Os recolhimentos por estimativa de imposto de renda e contribuição social foram, respectivamente, R\$ 1.034 e R\$ 517 (em 2012 R\$ 2.101 e 2.109, respectivamente).

18. Patrimônio líquido**a. Capital social**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 11.843.947 ações nominativas, sendo 6.030.415 ordinárias e 5.813.532 preferenciais, todas sem valor nominal.

Em 28 de junho de 2013, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no valor de R\$ 4.001, passando de R\$ 255.890 para R\$ 259.891, com utilização de juros sobre o capital próprio. O aumento está aguardando aprovação do Banco Central do Brasil.

b. Reserva legal

É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Nos exercícios anteriores, após a constituição da Reserva Legal, a Administração do Banco optou por destinar o saldo remanescente de lucros para constituição de Reserva de Retenção de Lucros.

d. Dividendos distribuídos

Acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício. Durante o semestre de 2013, foi distribuído aos acionistas o montante de R\$ 4.708 pagos na forma de Juros sobre o Capital Próprio, imputados como dividendos.

e. Ações em tesouraria

A Administração do Banco optou por recomprar o total de 2.951 ações (13.020 em 2012), correspondentes ao valor de R\$ 215, as quais mantêm em tesouraria. O saldo de ações em tesouraria em 30 de junho de 2013 perfaz o montante de R\$ 63 (R\$ 278 em 2012).

f. Ajuste a valor de mercado

O saldo de ajuste a valor de mercado é R\$ 39 (R\$ 336 em 2012) e corresponde aos títulos públicos federais disponíveis para venda, que são marcados a mercado.

19. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias**a) Ativos contingentes**

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente pelo Banco, uma vez que pode se tratar de resultado que nunca venha a ser realizado.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

O Banco Intermedium é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para contingências são estimadas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. Há provisão para contingências relativa a diversas ações cíveis e trabalhistas no valor de R\$ 1.958 (2012: R\$ 1.358) e provisão para PIS no valor de R\$ 6.888 (2012: R\$ 5.475).

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a sua prescrição.

b.1) Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais

O Banco Intermedium vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, considerando as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião de nossos assessores jurídicos.

O Banco Intermedium possui decisão do Supremo Tribunal Federal, datada de 19 de dezembro de 2005, garantindo o direito de recolhimento da COFINS com base na receita de prestação de serviços. Durante o período de 1999 a 2006, o Banco efetuou depósito judicial e/ou realizou o pagamento da obrigação.

Em 2006, a Instituição, mediante decisão favorável do Supremo Tribunal Federal e concordância expressa da Receita Federal, realizou o levantamento do imposto judicial. Ademais, a habilitação dos créditos sobre o recolhimento dos impostos foi homologada sem questionamento pela Receita Federal do Brasil, em 11 de maio de 2006.

Em junho de 2010, a Receita Federal do Brasil abriu processo administrativo cobrando o recolhimento da COFINS, baseada em parecer interno da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em que pesa o trânsito em julgado do questionamento pelo Supremo Tribunal Federal, conforme relatado anteriormente.

Cabe ressaltar que a Instituição obteve decisão da 18ª Vara Federal quanto à exigência da Receita Federal do Brasil de não efetuar cobrança até apreciação do recurso hierárquico.

Também em 14 de julho de 2010, o Banco recebeu outra cobrança referente a não homologação da compensação. Reiteramos que a homologação dos créditos foi aceita por aquele órgão em maio de 2006 sem questionamentos, sendo apresentada defesa administrativa.

Ademais, em 11 de novembro de 2010, a Instituição foi autuada a recolher PIS e COFINS considerando a não decisão do Supremo Tribunal Federal. Entretanto, a Instituição possui liminar datada de 21 de julho de 2006 para que o recolhimento do PIS seja efetuado na mesma base da COFINS, já transitada e julgada em 19 de dezembro de 2005, sendo também apresentada defesa administrativa.

Para todas as autuações foi apresentada, à Receita Federal do Brasil, defesa administrativa, obtendo decisão da 18ª Vara Federal do Brasil em 5 de julho de 2010, que indica o impedimento das cobranças à Instituição até o transitado e julgado do processo.

c) Movimentação das provisões e classificação por natureza

	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Totais
Saldo em 01/01	1.227	395	6.173	7.795
Constituições/Atualizações	300	848	715	1.863
Parâmetros/Reversões	(811)	(811)	(811)	
Saldo Atual 30/06	1.527	432	6.888	8.847

d) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis

O Banco Intermedium mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos em que o Banco figura como "autor" ou "réu" e, amparado na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de perda. Assim, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível ou remota não são reconhecidos contabilmente e os principais processos com classificação de perda possível possuem estimativa de valor dos assessores jurídicos de R\$26.132 em 30 de junho de 2013.

20. Outras despesas administrativas

	Semestres	
	2013	2012
Comissão a correspondente	30.288	26.346
Prestação de serviços	12.242	10.813
Processamento de dados	2.944	3.104
Aluguel	884	571
Comunicação	1.051	904
Despesas bancárias	1.329	1.772
Serviços técnicos especializados	2.566	1.895
Propaganda e publicidade	1.761	1.664
Outros	5.441	2.392
Total	58.506	49.461

21. Outras receitas operacionais líquidas